

TRABALHADORES E USOS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Jorge Custódio

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito (PPGSD/UFF)
jorgecustodio13@yahoo.com.br.

Resumo: O artigo ressalta nos interesses e nas motivações de trabalhadores cariocas pela formação superior. Eles rearticulam suas biografias e relações sociais pelo uso da educação diante da flexibilização de direitos ou das lógicas neoliberais no Brasil dos anos 90. O artigo cruza o retorno aos estudos e o clima de insegurança social nas histórias de vida de dez trabalhadores (egressos dos pré-vestibulares do SINTURFJ e do CEASM). Retrata a busca de carreira, respeito e segurança social por trabalhadores pela posse do diploma de nível superior. Eles, para tanto, rearrumam suas formas de ação e seus retratos identitários, operando nas relações sociais seus respectivos projetos de vida.

Palavras-chave: trabalhadores, identidade e flexibilização.

Abstract: The article presents motivations and interests of Rio de Janeiro workers in higher education. They rearticulate their biographies and social relations through the use of education according to the flexibilization of the rights, or the neoliberal logic, during the 90s in Brazil. The article links the return to the studies and the conditions of social insecurity in the lives of ten workers (whom have taken the college preparatory courses at SINTUFRJ and CEASM). It portraits workers' pursuit of a career, respect and social security through higher education diplomas. In order to do so, they rearrange their forms of action and identities, reorganizing their life projects throughout their social relations.

Keywords: workers, identity and flexibilization.

INTRODUÇÃO

O Brasil se torna um país de classe média, o que sinaliza a retração da miséria pelo aumento do poder de consumo, pela redução do desemprego e pela expansão do emprego formal, pela ampliação das políticas sociais. O país ressalta a construção do desenvolvimentismo, sofrendo, entretanto, a preponderância do capital financeiro na economia. O Brasil supera a crise do emprego, mas continua com a flexibilização e a precarização do trabalho na definição das relações, práticas, perspectivas profissionais.

O emprego formal se expande pelo aquecimento da economia brasileira. Ele, sem dúvidas, reprime a sensação de insegurança social, pois reforça possibilidades de estabilidade salarial e reconhecimento identitário nas relações sociais. A formalidade reconstrói a esperança no futuro da família, no progresso pelo estudo e na melhoria profissional. Ela estimula o aumento da renda dos trabalhadores. As políticas sociais, ademais, se somam a força dos salários e do emprego formal na ampliação do consumo.

A economia e as relações sociais retratam o aumento do poder de compra e a facilidade de crédito. O Brasil, enfim, sofre a expansão tanto do consumo quanto do emprego. Ressalta-se suposta ascensão econômica de trabalhadores pobres para a classe média. O critério renda define atualmente em 52% a classe média brasileira (Neri, 2008). O país, contudo, tem nas realidades do trabalho a precarização de profissões, empregos e salários (Pochmann, 2008).

As relações sociais, entretanto, imprimem nos indivíduos regras de ascensão social. O Brasil refaz sua estrutura social pelos esforços individuais e escolhas políticas, mas depende também da economia psíquica, da herança cultural e das estratégias de ações dos indivíduos. O Brasil retoma o sonho de progresso, porém a racionalidade sociológica precisa compreender a situação real da nova classe média brasileira.

Weber (1982) usa poder, prestígio e riqueza na construção das classes sociais. A classe retrata o controle de recursos socioculturais específicos, além do poder do dinheiro, na elaboração dos estilos de vida, da sociabilidade e dos projetos profissionais e familiares, produzindo formas de distinção (Bourdieu, 2007). Elias (2001) também problematiza as relações de poder na consecução de privilégios através da luta pela posição e pelo reconhecimento nos espaços sociais.

A socialização produz uma economia emocional nos indivíduos, condicionando o sucesso na escola, no trabalho e na formação identitária. Ela fomenta as motivações, os interesses, a disciplina, o autocontrole e as escolhas de vida (Souza, 2010). A classe retrata posições e condições a partir do desenvolvimento de sucessivas relações sociais para a cristalização da mobilidade social.

A renda, sem dúvidas, estimula a ascensão de classe, apesar do êxito econômico para tanto ter de transformar também em situações de classe, chances e estilo de vida. A ascensão, no entanto, se torna real pela série experiências de socialização na incorporação de recursos, competências e disposições técnicas, escolares e socioculturais. O emprego formal, o diploma universitário e a herança familiar facilitam o acúmulo de capitais materiais e imateriais na realização do sonho de ascensão social, o que também envolve sacrifícios pessoais, conflitos identitários e racionalização tanto de escolhas quanto de estratégias.

O artigo explora a definição da nova classe média brasileira. Ela se apóia na compreensão das políticas econômicas de FHC e Lula para o desenho das chances ou dos riscos de segurança social da classe trabalhadora, além de problematizar a flexibilização do trabalho pelas exigências de mercado, descrevendo escolhas políticas do país e estratégias pessoais dos *trabalhadores*. Ressalta a força das experiências de socialização e das relações sociais dos *trabalhadores* na constituição da crença no esforço próprio. Ela, enfim, soma a força da economia, a influência da política e os retratos identitários na consecução de poder, status e renda pelo trabalho ou no desfrute de situações de classe.

1. Brasil, trabalho e cidadania

A flexibilização comprime a realidade de direitos nas relações sociais pelo aumento do desemprego, da exploração e das capacitações (Antunes, 1995). Os trabalhadores e a classe média recebem forte impacto social. As escolhas políticas, também, autorizam o enxugamento de empregos e salários. Elas diminuem a ação estatal tanto no crescimento quanto no desenvolvimento da economia. Retraem direitos trabalhistas e proteções sociais pelo estímulo de medidas neoliberais às terceirizações, privatizações e forças de mercados (Pochmann, 2001).

As políticas públicas estimulam pelo nacionalismo e pelo desenvolvimentismo a transformação do país em sociedade urbano-industrial (1930-1980). As relações sociais, assim, expressam pouco a pouco novas situações de trabalho e demandas sociais, mas nutri também realidades de salário precário, emprego informal e de exclusão social. Os recursos públicos possibilitam a ação estratégica das estatais, a atração de multinacionais e a proteção da economia nacional. Os indivíduos, não obstante, refazem devido à industrialização cotidianos de trabalho, padrões de conflito social e redes de sociabilidade.

As relações sociais e a política articulam pela lógica estatal a cultura de direitos, privilégios e demandas sociais na modernização da economia. A cidadania, assim, se desenvolve no país pelas formas de incorporação estatal de reivindicações sociais (Carvalho, 2001), além de expressar tensões entre as noções de indivíduo (realidade jurídica) e as de pessoa (realidade sociológica) no fluxo das relações sociais (DaMatta, 1997). Ela, para Marshall (1967), somaria direitos civis, políticos e sociais numa seqüência lógica e histórica das demandas da sociedade. A cidadania, contudo, possui no Brasil outra sincronia de direitos.

Os direitos sociais têm no país muita força na evolução na história da cidadania. Ela, sem dúvidas, se dá via direitos sociais (trabalho), o que constrói novas estratégias pelo sistema de *dar, receber e retribuir* (Mauss e Sahlins) entre trabalho, capital e governo, sendo percebida pela população como expressão de justiça social e obrigação do Estado, mesmo não tendo contribuído necessariamente para o avanço da democracia no país (Gomes, 1994). Retrata tanto lógicas utilitárias quanto simbólicas da cultura política ou da ação coletiva dos trabalhadores como classe (memórias e experiências).

Trata-se, ademais, de uma *cidadania regulada* (Santos, 1979), a partir da estratificação sócio-profissional, o que amplia os canais de negociação e reivindicação do sindicalismo. Ela responde a demandas sociais pelo direito do trabalho. As normas legais facilitam o fortalecimento dos sindicatos devido à tutela estatal pelo uso da unicidade (representação de interesses) e do imposto sindical (recursos financeiros). (imposto sindical) e a representação de interesses (unicidade sindical). A política trabalhista, com isso, rearruma as próprias forças ou relações de poder no movimento sindical, favorecendo certas formas de luta e reprimindo outras formas (Gomes, 2002).

A socialização política se forma nas relações sociais e biografias de trabalhadores pelas experiências em comum (exploração, solidariedades, injustiças), redefinindo, assim, formas de politização e de ação coletiva. Os trabalhadores se situam pelas reivindicações de direitos em diferentes experiências sociais, partidárias e sindicais (Gomes, 1994). Eles, enfim, exigem cidadania pelo direito do trabalho, aprendendo a usar os direitos, a fazer greves e a negociar com o poder público e com os empresários.

Os direitos sociais não somente perpassam os tempos de democracia e de autoritarismo como são ampliados (Carvalho, 2001). A redemocratização explicita experiências de socialização política de trabalhadores no *novo-sindicalismo*, o que desafia os militares e a própria burocracia sindical, pelas sucessões de greves, pelas reivindicações salariais, pelo sonho de liberdades políticas e pelo aumento de práticas de justiça social. Ela resulta na soma de lutas pela cidadania plena na Constituição de 88. A reviravolta se torna real no avanço do neoliberalismo. Ela, sobretudo, se instala no país pelas políticas de controle da inflação. Collor e FHC estimulam a flexibilização do trabalho e dos direitos para inserção do país na *nova economia*.

A flexibilização, com isso, interfere na realização de direitos de cidadania, no custo do trabalho, apesar sofrer resistências de partidos de esquerda, movimentos sociais, sindicatos e centrais sindicais (Cardoso, 2003).

2. Brasil, política econômica e trabalho

O Real refina a ordem neoliberal na economia brasileira e rearruma a cultura inflacionária no país, forçando pelas lógicas de mercado o controle de preço, além de situar pela política econômica o país nos tempos de globalização. O Real representa a estabilidade econômica pela rigidez do ajuste fiscal, pelo sucesso da desindexação da economia e pelo fortalecimento das reservas cambiais (Filgueiras, 2000). O Brasil sofre pela ação estatal rigorosa redução de gastos públicos e forte aumento de arrecadação.

O Plano Real causa a recessão econômica, tornando comum o desemprego. Reprime-se o crédito e o consumo no país, aumentando, ademais, abertura econômica do país. As políticas do Real dificultam os aumentos reais e a expansão da economia (Pochmann, 2010). A recessão se torna o preço da estabilidade da economia. O Real

radicaliza a desigualdade social pela redução de liquidez da economia e pela geração de poucos empregos. O Planalto reduz a inflação, sacrifica o crescimento econômico e amplia a pobreza (Dedecca, 2003). Resolve o problema da inflação pelo uso de lógicas de mercado, recorrendo também ao fortalecimento da financeirização da economia.

O Planalto legitima as privatizações e as reformas na defesa da estabilização pela sofisticação do ajuste fiscal e pela ampliação das reservas cambiais. O país, assim, tem o aumento da informalidade, o que multiplica a precarização do trabalho, dos contratos e dos salários pelo uso político do Real. O Planalto força pela política econômica a redução do lucro e da renda do trabalho, além de situá-la nas lógicas de eficiência e competitividade no enxugamento de empresas (Pochmann, 2008 e 2010).

FHC propõe nos discursos o fim da Era Vargas. Trata-se de reformar direitos e relações de trabalhos pela flexibilização. Ele defende a contração da ação estatal no crescimento econômico e reivindica a revisão da legislação trabalhista e da própria força da justiça do trabalho, o que restringiria pelas medidas neoliberais força das negociações coletivas. O país, também, experimenta a despolitização da definição das formas de trabalho, fortalecendo a empregabilidade, o empreendedorismo ou a individualização na luta pelo emprego, pela segurança social e pelo aumento de salário.¹

3. Brasil, escolha política e trabalho

O Brasil revisa pelas eleições as escolhas políticas em 2002. Trata-se, sobretudo, da troca do ajuste fiscal pelo crescimento econômico. Lula, assim, ressalta na eleição a revalorização do trabalho e da ação estatal na economia (Pochmann, 2010), mas conserva as políticas de metas inflacionárias e de superávit fiscal. Lula se torna a esperança de freio no neoliberalismo, na desigualdade social.

O Planalto, porém, tem forte luta pelo poder na definição das políticas econômicas. Lula reproduz estratégias ortodoxas para o controle da inflação. Elas, todavia, perdem espaço no governo pela fraca resposta do mercado no aumento do crescimento, da renda e do emprego. As relações de poder se redefinem pouco a pouco

¹ A Era FHC libera a demissão temporária (1998), o contrato temporário (1997), o tempo parcial (1998), o banco de horas (1998) através de decretos, leis e medidas provisórias. Ela também reprime sucessivas greves, evidenciando a aversão aos sindicatos. O sindicalismo tem graves derrotas para o governo (petroleiros, funcionários públicos e bancários).

na direção do desenvolvimentismo, a partir do fim de 2004 (Barbosa e Souza, 2010). Elas rearticulam a ação estatal no aquecimento da economia e na segurança da sociedade salarial.

O Governo Lula comprime o desemprego e desacelera a informalidade pelas escolhas políticas. Elas, sem dúvida, convivem com diferentes formas de precarização, de terceirização e de flexibilidade. O país soma pela ação estatal crescimento econômico, fiscalização das relações de trabalho e legalização de empresas, o que resulta na elevação do emprego formal.

A política econômica influencia mudanças nos padrões de consumo. As famílias, assim, reforçam o próprio poder de compra e contribuem com o crescimento econômico, além de ilustrar a redução da miséria e da pobreza pela ampliação da massa salarial, do aumento real do mínimo, dos empregos formais e da transferência de renda (Pochmann, 2008 e 2010). O Real se torna mais forte, mas dada a valorização cambial dificulta as exportações brasileiras e facilita a concorrência estrangeira no país.

Reorienta-se o poder estatal na criação do emprego, tendo sucesso nas medidas, pois, apesar da alta rotatividade e dos baixos salários, as estatísticas demonstram a ampliação do emprego formal. O Planalto, ademais, produz o fortalecimento de estatais, o ressurgimento da indústria naval, o crescimento da construção civil, a revitalização do serviço público pelos concursos e o programa de aceleração do crescimento. O Estado estimula também a proteção de salários, de empregos e da inserção social das pessoas.

O país registra a expansão da renda do trabalho. Os serviços, no entanto, respondem hoje pela maioria dos empregos no país. Eles exigem pouca qualificação e pagam pouco. A indústria tem ainda de recuperar padrões de produção e de empregos antes dos 80 (Pochmann, 2008). Ela sofre perda de dinamismo pela situação de atraso tecnológico e pela carência de formação profissional e escolar. O Brasil, contudo, constata maior redução das desigualdades e aumento da ascensão social pela conciliação de políticas públicas e esforço pessoal de trabalhadores a partir de Lula se comparado aos tempos de FHC. Trata-se da mudança na estrutura social brasileira pela dilatação do estrato médio e do alto.²

² O estrato baixo passa de 33,3% em 2001 para 26,0% em 2008, segundo os dados da PNAD/IBGE. As estatísticas mostram uma criação de empregos muito maior no governo Lula do que no governo FHC (ver MTE). Elas ressaltam a influência do emprego formal na troca de estrato social (IBGE/PNAD, 2008).

4. Brasil e a flexibilização do trabalho

A flexibilização perpassa as realizações das escolhas políticas. O país retoma o crescimento econômico. A globalização, contudo, redefine fronteiras, economias e formas de trabalho nos diferentes continentes pela força das lógicas de mercado e pela extensão da revolução tecnológica. Ela une e separa ao mesmo tempo indivíduos, culturas e países (Bauman, 1999), pressionando a transformação do trabalho e da sociedade. A flexibilização, assim, se canaliza no país pelo avanço da globalização e pelas reformas neoliberais na esfera do trabalho em cima de salários, contratos e jornadas.

As relações de poder influenciam as estratégias de flexibilização. As escolhas políticas redefinem formas de ação estatal na sociedade e no mercado. Elas têm o poder de contração e ampliação dos empregos, além de posicionar o país diante das desigualdades sociais, o que também exprime a política de desenvolvimento e a inserção brasileira na economia mundial. A flexibilização depende das lutas políticas e da globalização no desenho das escolhas do país.

A flexibilização reforça estratégias de terceirização, precarização do trabalho e demissão. Ela se constitui de racionalidades empresariais no uso de diferentes formas de trabalho pela lei da competitividade ou pelas exigências de mercado. Rearruma relações sociais, salários e situações profissionais no emprego, rearticulando direitos e seguranças sociais. Ela, também, resulta de confluências entre o avanço tecnológico e o impacto da globalização no mundo do trabalho. A flexibilização reconfigura profissões e carreiras na elaboração de situações de trabalho. Ela redimensiona relações sociais, culturas e formas de riscos nas trajetórias ocupacionais pelo impacto da microeletrônica e pelas flutuações de mercado.

As políticas de trabalho se transformam em precarização, em terceirizações ou em desemprego. A competitividade da era da flexibilização exige aumento de produtividade pela redução do tempo de trabalho na mistura de tecnologia, educação e exploração humana. A flexibilização, enfim, responde pelo fim das atividades ou pelo corte de gastos aos movimentos de liberalização econômica e de valorização cambial (Cardoso, 2003).

A flexibilização ressalta formas de poder e racionalidades do neoliberalismo na ampliação da liberdade do capital frente ao poder público e aos trabalhadores, além de atrelar a legislação ao aumento do desemprego e o crescimento da informalidade à própria ação dos indivíduos pela falta de educação continuada. O Estado e os trabalhadores estimulariam pela lógica neoliberal o problema o emprego, um pela força da lei e o outro pela escolha individual, impedindo o equilíbrio do mercado de trabalho. O Brasil, porém, tem forte flexibilização como marca histórica do trabalho pelas realidades de emprego precário, de trabalho temporário, de informalidade e de redução salarial e de direitos pela defesa do emprego (Cardoso, 2003).

As relações sociais perdem garantias dos indivíduos no desmantelamento do poder estatal e nas regulações do trabalho e do emprego (Castel, 1998 e 2005). A flexibilização, no entanto, tem no país a resistência de sindicatos, partidos e trabalhadores. Ela destrói empregos formais, debilita a ação estatal e dá suporte as privatizações, mas as centrais, os sindicatos e os trabalhadores se apropriam da legislação para o salvamento de empregos, fábricas e cidades, apesar do custo ser muitas vezes o aumento da exploração (Cardoso, 2003). Trata-se do uso do direito e da politização para a defesa dos empregos e da inserção social.

A flexibilização explora a força física e aumenta a exigência de conhecimento e experiência dos trabalhadores. As situações profissionais mostram a apropriação da materialidade e da imaterialidade do trabalho (Antunes, 2005). As relações sociais conjugam no campo da indústria e dos serviços qualificação e desqualificação, demonstrando a vitalidade do valor de uso do trabalho, apesar da retração das ocupações pela expansão da tecnologia e formas da gestão (Antunes, 1995). A reação política, com isso, se torna estratégia para desacelerar a radicalização tanto da flexibilização.

A realidade social mostra ainda déficit de trabalho decente no Brasil (Cepal, Pnud e Oit, 2008). A cor, o sexo e a idade esvaziam a equidade social na inserção profissional. A flexibilização debilita a regulação pública do trabalho (Pochmann, 2008), ampliando as formas de insegurança e de inserção profissional pelo movimento dos empregos. O poder estatal, contudo, desacelera pelas escolhas políticas a partir de 2003 a onda de flexibilização no Brasil (Dedecca, 2009).³

³ Ele cria políticas de crescimento da economia, do emprego e da justiça social. O PT, entretanto, limita o desenvolvimentismo com a conservação das políticas de meta inflacionária, superávit primário e equilíbrio fiscal.

5. Brasil, trabalho e a nova classe média

As relações sociais escondem os movimentos das pessoas pela estrutura social a partir da correlação de forças entre globalização, flexibilização e escolhas políticas do país. Os trabalhadores realizam movimentos individuais e coletivos na luta pelo lugar social e pelas identidades, remodelando as formas de inserção profissional, as chances de segurança social e o sucesso dos projetos de vida pela soma de esforços pessoais e das próprias experiências profissionais. Eles têm interesses e motivações na elaboração da ascensão profissional, na formação dos estilos de vida e na segurança da família. Os trabalhadores, com isso, articulam a inserção profissional, os retratos identitários e as relações sociais diante das políticas de flexibilização e das escolhas políticas.

A flexibilização precariza as esferas profissionais pela lógica da eficácia econômica. Ela fragiliza a inserção profissional dos indivíduos (Castel, 1998). As relações sociais ficam enfraquecidas pela exigência de eficácia e competitividade nas esferas profissionais. A flexibilização rompe progressivamente segurança do estatuto do trabalho, o que fragiliza as referências de identidade, o reconhecimento social e a rede de sociabilidade a partir da condição salarial (Castel, 2005). Ela, assim, desprotege os indivíduos das situações de degradação e de desfiliação social.

O Brasil atualmente registra pelo avanço do emprego formal e pela valorização salarial o deslocamento de trabalhadores da situação de pobreza. A classe média estaria em crescimento no país pelo aumento da formalização, do consumo e da renda, expressando, sobretudo, trajetórias de ascensão social do estrato baixo para o médio. O Brasil explicita formas de mobilidade social ascendente, porém o fato não prova a dilatação da classe média (Souza, 2010).

A situação financeira não garante por si mesma a ascensão social. Ela melhora o poder de compra, mas não transmite o status e as formas de distinção da classe média (Souza, 2010). O consumo mascara relações de poder, prestígio e privilégios de classe. As relações sociais, ademais, imprimem sofrimentos, motivações e interesses nas trajetórias de ascensão de classe dos indivíduos. O esforço pessoal se confronta na efetivação da mobilidade social com a força da herança cultural, apesar das mudanças nos salários, no emprego ou no consumo.

As relações de poder articulam estruturas sociais e emocionais na garantia de posições e privilégios (Elias, 2001 e Bourdieu 2007). Realizam constantes definições do status profissional, da auto-identidade e da aceitação social dos indivíduos, formando pressões sociais e psíquicas na construção da inserção relacional. Elas decorrem da força da socialização familiar na transmissão do capital cultural e na formação do sucesso escolar e profissional dos estratos médios (Bourdieu, 2007).

A família impõe pela socialização estilos de vida, gostos de classe e formas de uso do tempo (Bourdieu, 1974 e 2007). Ela estimula a interiorização de bases sociais das estratégias e escolhas de classe. Bourdieu, com isso, relaciona estrutura das posições, subjetividades e sistemas de ação em operação no sistema de estratificação. Trata-se da reprodução de classe.

A socialização arruma as formas de apresentação do eu nas redes de interação (Goffman, 2007), o que reflete o poder, a reputação ou o risco de estigmatização dos indivíduos (Goffman, 2008). Ela traça diferenciações sociais na elaboração da racionalização de ações, no uso do tempo de vida e na estruturação dos comportamentos sociais (Elias, 2001, Bourdieu, 1974 e 2004).

Os trabalhadores, assim, se diferenciam da classe média pela herança cultural. Eles se dissociam dos estratos médios pelas situações de classe (Weber) e pelas posições de classe (Marx). A classe média incorpora no indivíduo pela família a disciplina, o autocontrole e o pensamento prospectivo (Souza, 2010), desenhando pela interiorização e exteriorização de disposições as chances de educação, de inserção profissional e de ascensão social dos indivíduos. Os trabalhadores, ao contrário, sentem a pressão econômica e a força das desigualdades culturais na arrumação do futuro (Bourdieu, 1999).

As relações de poder definem as carreiras, o sucesso financeiro e as escolhas de vida dos indivíduos. Elas espelham as marcas de classe, além de apagarem a influência da inércia cultural nas escolhas das profissões, dos gostos de classe e destinos pessoais (Bourdieu, 1996 e Souza, 2010). A ascensão de classe, com efeito, se dá do meio popular para a classe média ou para a elite pela contradição com a herança de origem (Bourdieu, 1999).

O Brasil tem nos tempos de flexibilização a existência de *batalhadores* (Souza, 2010). Eles formam forte crença em si mesmo e no próprio trabalho, o que lhes dá

resistência ao cansaço devido às muitas horas de trabalho, ao cotidiano em diferentes empregos, à situação de estudante e trabalhador (Souza, 2010).⁴ Os *batalhadores*, ademais, controlam o impulso do consumo imediato, valorizam a poupança e traçam planos para o futuro.

Os *batalhadores* redefinem a cultura de trabalho. Trata-se de pessoas cujas famílias ensinaram desde a infância o valor do trabalho. Eles, assim, não se fragilizam diante da flexibilização ou da precarização, pois encaram diferentes situações de trabalho pelo filtro da herança familiar. Os *batalhadores* têm na própria história o apoio de família estruturada. Ela transmite nos ensinamentos disciplina e responsabilidade com as atividades de trabalho. A família forma uma educação para a racionalização do tempo e do trabalho na produção de mudanças ou progresso nas trajetórias de vida (Souza, 2010).

A classe média desenvolve a ética do trabalho predominantemente pelo avanço dos estudos. Os *batalhadores* extraem essa ética da socialização familiar. Têm nas trajetórias de vida momentos de dificuldades financeiras, fraca educação escolar e restrição de capital cultural, mas usam as experiências de trabalho na melhoria do futuro. Os *batalhadores* utilizam a própria formação identitária e a ética de trabalho para elevarem seus rendimentos salariais, aproveitando o momento de aquecimento da economia e a valorização do trabalho pelas escolhas políticas do país.⁵

As relações sociais evidenciam pelas histórias, esperanças e dramas claras separações entre trabalhadores e classe média, embora em muitos casos se situem na mesma faixa de rendimentos. A classe média está num cotidiano diferente dos *batalhadores* ou *trabalhadores*. As relações de poder dificultam pelas marcas de classe a democratização de empregos e profissões da elite e da classe média. Elas convertem a força da seleção cultural em apenas esforço ou talento dos indivíduos.

O Brasil remodela o sistema de estratificação com o surgimento da nova classe média. Ela, todavia, expressa mais uma cultura de trabalho flexível do que integração de trabalhadores à classe média. Trata-se de trabalhadores em ascensão social pela

⁴ Custodio (2001) descreve motivações e interesses de *trabalhadores* (qualificados ou semiquilificados) na busca do diploma universitário nos tempos FHC. Eles expuseram também forte crença em si mesmo e no poder do trabalho para alcançar outra colocação profissional no futuro. O estudo analisa dez histórias de vida coletadas em 2000. Os *trabalhadores* retomam os estudos no pré-vestibular do Sintufjrj e no do Ceasm, o que resulta na aprovação para universidades públicas.

⁵ Os *batalhadores* desenvolvem pela ética do trabalho disciplina, controle e capacidade de prospecção.

melhoria da situação salarial nos tempos de flexibilização. Eles dão claros sinais de individualização e de despolitização na descrição de suas motivações e interesses pelo trabalho (Custódio, 2001). Reagem contra a cultura sindical e as lutas coletivas, acreditando somente no próprio esforço (Custódio, 2001). Eles, não obstante, percebem no mundo do trabalho a garantia da auto-estima, do respeito, de salários e de direito.

Os *trabalhadores* produzem seus retratos identitários pelas experiências de socialização. Ela forma definições, redefinições e auto-definições do eu e do outro, fazendo um eixo biográfico e outro relacional nas formas identitárias (Dubar, 2005 e 2009).⁶ Os *trabalhadores* descrevem nas ações individuais, nas relações sociais e nas identidades trajetórias de orgulho, sucesso e sacrifício (Custódio, 2001). Eles relacionam seus projetos de vida à segurança socioeconômica. A situação reflete essas transações relacionais e biográficas. O diploma, o trabalho e o dinheiro expressam a valorização de si mesmo e o reconhecimento social. Os *trabalhadores*, com isso, negam as pretensões diretas de ascensão de classe no futuro e reafirmam continuamente o desejo de segurança.

Os *batalhadores* (Souza, 2010) e os *trabalhadores* (Custódio, 2001) usam o emprego, a profissão e o trabalho na coesão das próprias biografias. Sainsaulieu (2006) reata trabalho e identidade pela busca dos indivíduos por igualdade, distinção, reconhecimento e valorização de si mesmo nas formas de poder e nas situações de interação dentro das organizações de trabalho. Os *trabalhadores* e *batalhadores* retratam esse uso do trabalho na produção do reconhecimento das identidades para si e para os outros no transcorrer das situações profissionais.

Eles ressaltam a insegurança social na esfera do trabalho. Sennett (1999), ademais, relata a perda de identidade nas relações de trabalho, pois a flexibilização rompe a estabilidade das carreiras e esvazia a experiência profissional. Trata-se da corrosão do caráter pelo fim das rotinas, pela superficialidade dos relacionamentos ou pelo aumento da competição profissional. Os *batalhadores* e os *trabalhadores* temem o desemprego, a exclusão social e a precariedade financeira, exemplificando o risco da era da flexibilização para as identidades, o que reaviva as constatações de Sennett (1999).

⁶ As identidades se constroem pela socialização, tendo um eixo sincrônico, dado pelas situações ou contextos de ação, e outro diacrônico, dado na trajetória subjetiva ou na leitura da própria história do eu (Dubar, 2005). Dubar (2009) expõe quatro formas identitárias (tipologias possíveis): cultural, estatutária, reflexiva e narrativa.

Bauman (2008), com isso, ressaltaria o medo líquido nos retratos identitários, nas trajetórias profissionais e nos estilos de vida dos *trabalhadores* e *batalhadores*.

Somam autocontrole, ascensão financeira e projetos de vida a partir do esforço pessoal no mundo do trabalho, porém se diferenciam da classe média tradicional pela herança cultural, além de não se resignarem diante da flexibilização, apesar da era das incertezas. Eles, enfim, exibem forte crença no trabalho, o que contraria os registros de declínio da ética do trabalho (Offe, 1989). Os *trabalhadores* e os *batalhadores* desenvolvem disciplina, esperanças e ações ativas na construção de respeito, reconhecimento, sentido de progresso pessoal, segurança social para si e para a família.

6. Trabalhadores, cidadania e carreira na Era da Flexibilização

A flexibilização dificulta o sucesso e a segurança de carreiras pela redefinição ou repressão de formas de burocracias, das situações profissionais e do uso de identidades nas relações sociais (Sennett, 1999), estimulando a cultura da eficiência, as mudanças de emprego e a implosão de referências do fordismo (Sennett, 2006 e Harvey, 1989). A cidadania sofre na flexibilização refluxos de direitos diante das racionalidades de mercado pelo aumento dos riscos de desemprego, de desproteção e de exclusão social.

A flexibilização amplia o medo, o sofrimento ou a ansiedade pela ausência de controle da trajetória profissional pelos indivíduos. As relações sociais ficam sem respostas fixas, o que transforma tanto o tempo de vida quanto o tempo produtivo (Sennett, 1999). Trata-se da corrosão de biografias e carreiras pela frágil reciprocidade de compromissos no trabalho e nas redes de sociabilidade, além de ressaltar dificuldades na produção de experiências em comum.

As carreiras, com isso, se caracterizam pelo constante recomeço de atividades, narrativas e situações profissionais. A flexibilização desrespeita a soma de experiências e realizações dos indivíduos, debilitando os vínculos entre profissões, biografias e relações sociais pela retração de garantias de direitos, posições e salários no mundo do

trabalho. As carreiras, assim, representam a corrosão do eu, tendo suporte na insegurança e na incerteza da flexibilização do trabalho e do emprego (Sennett, 1999 e Castel, 1998 e 2005).

A flexibilização desestabiliza as relações sociais, a inserção profissional e a coesão social pela ruptura dos estatutos do trabalho (Castel, 1998). Ela redefine direitos de cidadania pelas formas de reindividualização das situações profissionais. Trata-se do rompimento de situações estáveis de emprego, salários e qualificações (Castel, 2005 e Harvey, 1989). A cidadania, com isso, sofre pelas políticas de flexibilização a desconexão entre liberdade, segurança social e poder político tanto individual quanto coletivo dos trabalhadores.

A insegurança social se registra nas histórias de vida dos *trabalhadores* (Custódio, 2001). Eles temem a degradação de direitos, a dificuldade de controle do futuro, a desqualificação para o trabalho. Os *trabalhadores*, assim, se impõem rearrumações de retratos identitários e das escolhas individuais pela descoletivização das lutas de classe ou pela fraqueza das negociações coletivas. Rearticulam nas biografias e nas relações sociais a apresentação do eu pelo uso da formação superior, crendo a partir disso no próprio esforço e pragmatismo para a aquisição de aumentos salariais, redução da exploração e de reconhecimento social.

Os *trabalhadores* relatam a debilidade dos sindicatos na defesa da própria classe, dos direitos e proteções sociais (salário, emprego, trabalho, profissão). Eles, também, atribuem forte desinteresse de partidos, governos e empresas na efetivação da cidadania pelo trabalho. Retratam motivações (sonhos, aspirações e crenças) e interesses (posição, salário e respeito) na luta pelo lugar social e pela identidade a partir da utilização do diploma universitário no mundo do trabalho (Custódio, 2001), mas sentem a flexibilização como estímulo ao enfraquecimento de responsabilidades coletivas.

O diploma superior representa no imaginário dos *trabalhadores* chances de segurança, uma carreira estável e novos retratos identitários (Custódio, 2001), além de propiciar o possível desfrute de direitos de cidadania, pois no fluxo das relações sociais eles poderiam utilizar o poder, o prestígio ou até mesmo a cultura dos privilégios na reivindicação da igualdade, como diria Da Matta (1997), mas isso exigiria o acúmulo de aprendizagens pelas experiências de socialização, como diria Bourdieu (1974) e Elias (2001), para o uso do status ou da distinção derivados das profissões, credenciais

educacionais e heranças culturais. As relações sociais, com isso, na percepção dos *trabalhadores*, lhes impõem o desenvolvimento de sociabilidades e estilos de vida tanto para a produção da carreira quanto para a superação de formas de alienação e desigualdades sociais.

Os *trabalhadores* têm receio das fraturas identitárias e da estigmatização do eu por causa da ascensão das políticas de flexibilização, do neoliberalismo ou da lógica de mercado da globalização. O diploma universitário se torna para eles a busca de valorização de si mesmo pela conquista do respeito do outro. Os *trabalhadores* compreendem a ruptura entre trabalho, segurança social e cidadania, o que transmite a sensação de perda de controle do futuro devido à força do mercado na Era da Flexibilização e no aumento das chances de exploração e humilhação durante a vida.

O poder estatal estimula o poder de compra no país com o aumento do emprego formal, da massa de salários e da política social. Os *trabalhadores* usufruem da conjuntura de crescimento no consumo, nos salários e no emprego. Eles, entretanto, estão longe do poder da classe média no controle das posições, formas de prestígio e séries privilégios pela reprodução de redes de poder e uso de heranças culturais nos diplomas e na sociabilidade diante das realidades profissionais, pois têm forte dependência do salário, do emprego, do esforço pessoal e das políticas públicas para a garantia da segurança social.

7- Trabalhadores em reconstrução e a flexibilização

Os *trabalhadores* se situam em lutas pelo lugar social e pela identidade nos tempos de flexibilização. Trata-se, sobretudo, da utilização da educação para a aquisição de auto-estima, segurança profissional e respeito do outro. O diploma universitário se torna para eles um meio de alcance em ordem de prioridade de direitos sociais, civis e políticos nas redes de sociabilidade (Custódio, 2001). Os *trabalhadores*, não obstante, insinuam pelos relatos orais dificuldades de formação de identidades coletivas fortes na esfera de trabalho.

A flexibilização aumenta as tribulações do eu na recorrência das inseguranças e incertezas sociais (Sennett, 1999). O *self* se destradicionaliza pelas exigências cotidianas de reflexividade na nova economia (Giddens, 2002). Os *trabalhadores*, com isso, se

impõem a reconstrução identitária tanto no plano objetivo quanto no plano subjetivo. Eles reprimem ansiedades e medos da flexibilização pelas motivações e interesses nos estudos, depois reforçam a auto-estima e o respeito do outro durante a formação universitária e finalmente buscam status profissional pelo uso de competências e credenciais superiores. Os *trabalhadores*, assim, revisam suas identidades, inserções profissionais e formas de ação, tentando reescrever suas biografias e relações sociais no contexto de flexibilização.

1- Os trabalhadores se deparam com o medo e a ansiedade frente ao avanço da flexibilização.

- A política de enxugamento e o medo da demissão:

“(...) A tensão é muito forte no dia a dia de trabalho. (...) A pessoa perde o emprego de repente, sem ter feito nada de errado. Eu freei essa angústia, mas estaria desesperada se estivesse casada ou tivesse filho. Sinceramente parei de pensar em demissão, vivo um dia após o outro. O trabalho estressa muito no dia a dia, pois há muita cobrança (meta diária, meta mensal, meta trimestral). (...) Resolvi o problema do medo pela perspectiva de somar o máximo de conhecimento... Eu estarei durante o trabalho me preparando para uma grande chance em outro lugar. A empresa te usa só pelo lucro. A fusão trouxe o fechamento de muitas fábricas, estimulando a demissão de funcionários. Ela não segura unidade com muitos problemas de produtividade e de eficiência. (...) A realidade me mostra uma redução dos quadros de dez para oito, de oito para cinco e de cinco para dois, pois o que importa é manter as metas de produção. A empresa só promove aumento de trabalho. Ela demite, não aumenta o salário, não dá chance de crescimento. (...) O trabalho é muito duro, produzir mais é impossível. (...) Eu sei de uma coisa o estudo ampliou minhas possibilidades de emprego e carreira, é o que importa para o meu futuro.” (Andréia, 27 anos, técnica em química de alimentos, química/UERJ, 5º período, 2000)

2- Os trabalhadores reforçam o respeito e auto-estima, apesar das pressões da flexibilização.

- O orgulho e a competição:

“Eu sinto muito orgulho de estudar na UFRJ. O diploma transfere respeito, aumenta o reconhecimento do esforço e da inteligência pelo colega durante as situações de trabalho. Fico também satisfeito em aprender e em saber que no futuro terei uma profissão. Eu sofro no emprego pressão do olhar atravessado. O desemprego só aumenta, o que faz o outro se sentir ameaçado. O curso superior facilita a inserção profissional. O colega não estuda e fica com medo da competição. Eu ralo forte para no futuro desfrutar de segurança financeira, estabilidade profissional e realização pessoal. Faço uma aposta no curso superior, porém também corro o risco de ficar na mesma.” (Alex, 31 anos, bancário, ciências contábeis/ UFRJ/ 5º período, 2000).

- A sensação de crise e o anseio de uma profissão:

“O Brasil vive um grave crise econômica. A política faz pouco na contenção do desemprego. A crise econômica fragiliza o poder do indivíduo. Eu compreendi a força do diploma universitário. Ele daria uma profissão, o que se converteria no futuro em segurança financeira, em estabilidade no emprego ou em chances de crescimento profissional. Sofri os impactos da privatização durante o processo de saneamento. Fiquei muito tempo sem emprego formal. O estudo me ampliou os horizontes profissionais, apesar de ter o desafio da questão da idade, mas existia a possibilidade dos concursos públicos. (...) Eu sei também que a ilusão do próprio negócio deixou muito colega na informalidade. O diploma universitário terminou me dando campo de trabalho.” (Vera, 36 anos, ex-bancária, ciências contábeis/ UFF, FORMADA/99, 2000).

3- Os trabalhadores se impõem a luta pelo lugar e pela identidade pelo uso do diploma na esfera do trabalho, apesar das incertezas dos tempos de flexibilização.

- As marcas do sofrimento e a esperança no futuro:

“Retirei força a partir do sofrimento ou sacrifício na serralheria. Eu notei que somente o estudo me faria melhorar de posição social. A faculdade me daria uma profissão para fugir do conformismo. (...) O diploma me dará profissão. O diploma representa chance de segurança financeira e superação da pobreza. Sinto hoje o controle para refazer a vida. (...) Sinto medo do fracasso. O desemprego também pega muita gente com diploma. O cara estuda e não trabalha na sua profissão. (...) Só resta é encarar sem desistência. Sofro muitas críticas: tem muito doutor na venda de sanduiche.”
(Wellington, 31 anos, promotor de vendas, arquivologia/ UNI-RIO/2º período, 2000)

- Salário, reconhecimento e responsabilidade:

“(…) Recebi mais respeito. A faculdade me fez melhorar de posição na empresa. Recente recebi outra promoção. Eu estou ainda sem o diploma. Os colegas têm na maioria dos casos curso superior. É um reconhecimento. (...) A responsabilidade aumentou também. O salário tem de aumentar também. Eu não vivo somente de elogios. Sinto-me desprestigiada sem o retorno financeiro, embora goste das novas responsabilidades. (...) O plano é fazer concurso público no futuro. (...) A empresa privada te dá pouquíssima estabilidade com a política de terceirização. Ela demite o profissional, readmitindo-o como serviço terceirizado. Eu agora enxergo a exploração e a limitação de chances na empresa. O curso superior te valoriza e faz você se valorizar, (...) embora corra risco por causa da flexibilização.” (Eliane, analista de contas a pagar, ciências contábeis/ UFRJ/ 9º período, 2000)

As identidades resultam do que o indivíduo é para si e do que é também para os outros (Dubar, 2005). Elas derivam das experiências de socialização, estando em constante construção ou reconstrução no transcorrer das biografias e relações sociais, em séries de intersecção entre o pessoal e do coletivo. Os relatos orais revelam a construção cinco formas de identidade profissional a partir da expectativa de uso do diploma universitário nas burocracias do trabalho:

1-Identidade pelo estatuto: os *trabalhadores* reconstroem essa identidade pela aquisição de nova posição na hierarquia de trabalho, mas aceitam as regras e os direitos estabelecidos pelas formas de poder da esfera profissional; **2-Identidade pela resignação:** os *trabalhadores* assumem o fracasso frente à ineficácia do diploma nas relações de poder da esfera do trabalho, o que se resume na permanência na mesma situação profissional, além de fortalecer o desinteresse pela política; **3-Identidade pelo conflito:** os *trabalhadores* aspiram pelo ativismo político o sucesso na luta por segurança pessoal e, principalmente, a defesa de interesses de classe; **4-Identidade pela cultura:** os *trabalhadores* reforçam a realização pessoal e o reconhecimento do outro na esfera profissional pelo refinamento intelectual dado pela formação universitária; **5-Identidade pela negociação:** os *trabalhadores* redefinem constantemente estratégias e

escolhas sobre as chances de ascensão social, de ganhos individuais, encarando as relações de poder de modo reflexivo, transitando entre o conflito e o silêncio crítico.

Conclusão

O artigo retrata motivações e interesses de *trabalhadores* pela formação universitária, ressaltando a luta pelo lugar social e pela identidade profissional. Realça a reelaboração de biografias e relações sociais na esfera do trabalho diante das escolhas políticas do país, da flexibilização de direitos e das políticas econômicas entre o ajuste fiscal e o crescimento da economia. Os *trabalhadores* sentem dificuldades de formação identidades coletivas fortes no mundo do trabalho, mas desenham para o futuro a realização de sonhos, aspirações e crenças (motivações) e a aquisição de posições, salários e reconhecimentos (interesses) em lutas individuais, além de compreendem os riscos da flexibilização para os direitos e garantias do trabalho.

. O Brasil redefine na articulação das escolhas políticas a ação estatal para a ampliação do crescimento, do emprego formal e da massa salarial, registrando nas estatísticas o aumento do poder de consumo. A flexibilização, entretanto, pressiona a segurança socioeconômica dos trabalhadores. Ela fragiliza relações sociais, inserção profissional e a segurança salarial. O país, contudo, supera o radicalismo de política neoliberal de não intervenção direta, a recessão econômica e o crescimento da informalidade. Retrai as taxas de desemprego e conserva o controle da inflação. O neoliberalismo rearruma relações sociais no cotidiano das profissões, com o fomento da precarização e do desemprego, preservando o uso predatório e a rotatividade do trabalho. A realidade sofre nova reviravolta a partir de 2003. O Estado promove a transferência de renda, a valorização das políticas salariais, o recuo do desemprego e o aumento da formalidade, o que produz um aquecimento da economia brasileira.

Ressalta-se no Brasil o surgimento de uma nova classe média, uma nova classe. Ela, no entanto, sente o futuro em risco pela insegurança da globalização, pela metamorfose do trabalho e pelos momentos de crise financeira. A nova classe tem forte disciplina nos espaços de trabalho. O esforço pessoal retrata rígida ética trabalho. O artigo, ademais, diferencia as situações dessa nova classe em relação à ela mesma dada a diversidade de trabalhadores e batalhadores e em relação à classe média.

A classe média controla pelas relações de poder privilégios, posições e prestígio a partir da força da socialização familiar na transmissão de herança cultural para o desenho dos estilos de vida e da racionalização da ação. Os indivíduos da nova classe desfrutam da renda média do país, mas isso não dá para eles as mesmas situações e posições da classe média. Eles trazem a marca de uma severa rotina de muito trabalho.

Os *trabalhadores* usam a formação superior para ativar formas de segurança, direitos e novas identidades. Os *batalhadores* têm somente a forte ética do trabalho, a disposição física e mental para extrair da precarização e da exploração melhores condições de vida. A despolitização se transforma em fato recorrente, embora tanto trabalhadores quanto batalhadores desenvolvam no plano individual forte pragmatismo político. Eles, sem dúvida, espelham mutações da própria estrutura social brasileira e são reflexos das desigualdades sociais dos tempos de flexibilização.

O artigo, enfim, recupera o clima de insegurança social nos retratos identitários dos *trabalhadores*. Trata-se do registro de mudanças nas identidades pela superação do medo, pela recuperação da confiança e pela imposição da luta individual, o que possibilita a expressão de cinco formas identitárias, no transcorrer da intersecção mundo do trabalho e trajetória universitária no universo relacional e biográfico dos *trabalhadores*. Eles, sem dúvidas, representam uma cultura de trabalho dos tempos de flexibilização, pois têm de individualizar as lutas pelo lugar social e pela identidade profissional frente às políticas de reengenharia, às crises financeiras e econômicas e aos movimentos da globalização, tendo dificuldades de politizar situações profissionais através de fortes identidades coletivas.

Bibliografia:

- ANTUNES, R (1995) **Adeus ao trabalho?** São Paulo: Cortez.
- ANTUNES, R (2005) **O caracol e sua concha.** São Paulo: Boitempo.
- BARBOSA e SOUZA (2010) A inflexão do governo Lula. In Sader e Garcia (orgs.) **Brasil, entre o passado e o futuro.** São Paulo: Perseu Abramo e Boitempo.
- BAUMAN, Z (1999) **Globalização.** Rio de Janeiro: Zahar.
- BAUMAN, Z (2008) **O medo líquido.** Rio de Janeiro: Zahar.
- BOURDIEU, P (1974) **A economia das trocas simbólicas.** São Paulo: Perspectiva.
- BOURDIEU, P (1996) **Razões práticas.** Campinas: Papyrus.
- BOURDIEU, P (1999) **Escritos de educação.** Petrópolis, Vozes.
- BOURDIEU, P (2007) **A distinção.** São Paulo/ Porto Alegre: Edusp/Zouk.
- CARDOSO, A (2003) **A década neoliberal.** São Paulo: Boitempo.
- CARVALHO, J M (2001) **Cidadania no Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- CASTEL, R (1998) **As metamorfoses da questão social.** Rio de Janeiro: Vozes.
- CASTEL, R (2005) **A insegurança social.** Petrópolis: Vozes.
- CEPAL, PNUD e OIT (2008) **Emprego, desenvolvimento humano e trabalho decente.** (Ver: www.pnud.org.br, Acesso 20/05/2011).
- CUSTÓDIO, J (2001) **Querendo modificar destinos sociais.** Rio de Janeiro: Dissertação de mestrado (PPGSA/IFCS/UFRJ).
- DA MATTA, R (1997) Cidadania. In: **A casa e a rua.** Rio de Janeiro: Rocco.
- DEDECCA (2004) Anos 1990: a estabilidade com desigualdade. In: Santana e Ramalho (orgs.) **Além da fábrica.** São Paulo: Boitempo.
- DEDECCA, C (2009) Flexibilidade e regulação de um mercado de trabalho precário. In: Guimarães e Sugita (orgs.) **Trabalho flexível, empregos precários?** São Paulo: Edusp.
- DUBAR, C (2005) **Socialização.** São Paulo: Martins Fontes.
- DUBAR, C (2009) **Crises da identidade.** São Paulo: Edusp.
- ELIAS (2001) **A sociedade de corte.** Rio de Janeiro: Zahar.
- FILGUEIRAS, L A M (2000) **História do plano real.** São Paulo: Boitempo.
- GIDDENS, A (2002) **Modernidade e identidade.** Rio de Janeiro: Zahar.
- GOFFMAN, E (2007) **A representação do eu na vida cotidiana.** Petrópolis, Vozes.
- GOFFMAN, E (2008) **Estigma.** Rio de Janeiro: LTC.
- GOMES, A C (1994) **A invenção do trabalhismo.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará.

- GOMES, A C (2002) **Cidadania e direito do trabalho**. Rio de Janeiro: Zahar.
- HARVEY, D (1989) **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola.
- MARSHAL, T H (1967) **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar.
- NERI, M (2008) **A nova classe média**. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS.
- OFFE, C (1989) **Capitalismo desorganizado**. São Paulo: Brasiliense.
- POCHMANN, M (2001) **O emprego na globalização**. São Paulo: Boitempo.
- POCHMANN, M (2002) **O trabalho sob fogo cruzado**. São Paulo: Contexto.
- POCHMANN, M (2008) **O emprego no desenvolvimento da nação**. São Paulo: Boitempo.
- POCHMANN, M (2010) **Desenvolvimento, trabalho e renda no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- SAINSAULIEU, R (2006) **Sociologia da empresa**. Rio de Janeiro: DP&A.
- SANTOS, W G (1979) **Cidadania e justiça**. Rio de Janeiro: Campus.
- SENNETT, R (1999) **A corrosão do caráter**. Rio de Janeiro: Record.
- SOUZA, J (2010) **Os batalhadores brasileiros**. Belo Horizonte: UFMG.
- WEBER, M (1982) **Ensaio de sociologia**. Rio de Janeiro: Guanabara/Koogan.